

INFORMATIVO Nº 1/2026

Os grupos e estruturas colegiadas vinculados à 2ª CCR apresentaram, no final do mês de junho, o balanço consolidado das atividades estratégicas desenvolvidas entre os anos de 2025 e 2026.

Comissão de Portos e Aeroportos (CPA)

Com foco no aprimoramento da atuação criminal, a CPA destaca a realização de uma série de reuniões e visitas institucionais, além da produção de estudos sobre temas relacionados à temática do grupo. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Produção de Análises Técnicas e Dados Estratégicos:

Nota Técnica nº 1-2025-GTPA-2 CCR: Análise da viabilidade jurídica e premissas para a celebração de Acordos de Não Persecução Penal (ANPP) em casos de tráfico internacional de drogas pelo modal aéreo.

Gênero e Narcotráfico (Memorando nº 13/2026/GT-PA): Diagnóstico técnico com foco na intersecção entre tráfico de drogas, tráfico de pessoas e violência de gênero, incluindo propostas para identificação de vítimas em audiências de custódia.

Mapeamento Criminal (Memorando nº 2/2025/GTPA): Compilação e análise de dados consolidados sobre as condenações por tráfico internacional de drogas no Aeroporto de Guarulhos ao longo do ano de 2024.

2. Visitas Institucionais, atas e reuniões

Visita institucional ao porto de Santos : Memorando nº 21/2026/GT-PA, que relata formalmente a visita institucional realizada pela Comissão de Portos e Aeroportos à Alfândega da Receita Federal no Porto de Santos, ocorrida em 11 de março de 2026, para discutir a atuação conjunta no combate a crimes.

Reunião com a Receita Federal - 2025: Certidão documentando a reunião realizada pelos membros da CPA com o Delegado Chefe da Alfândega no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em 26 de novembro de 2025.

Reunião com a Polícia Federal - 2025: Certidão documentando a reunião realizada pelos membros da CPA com o Delegado Chefe da Polícia Federal (DEAIN) no Aeroporto Internacional de Guarulhos, também em 26 de novembro de 2025;

Ata da Reunião do 6º OCITA (Maio/2026) : Ata de reunião realizada em 12 de maio de 2026 com a presença do Procurador da República Coordenador da Comissão de Portos e Aeroportos e a Receita Federal, para debater procedimentos de controle alfandegário relacionados à apreensão de minérios ilegais.

Conferência Regional: Fortalecimento das Instituições Aduaneiras frente ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro na América Latina: o encontro foi impulsionado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), entre os dias 21 a 23 de abril de 2026, em San Salvador, El Salvador. Na oportunidade, este signatário, na condição de Coordenador do presente Grupo de Trabalho, foi indicado pela Secretaria de Cooperação Internacional do MPF para representar o órgão.

[Veja mais aqui.](#)

Comissão de Acordos de Não Persecução Penal

A Comissão realizou mapeamento nacional das centrais de apoio existentes, com o objetivo de identificar a estrutura e o funcionamento dos setores vinculados aos Acordos de Não Persecução Penal (ANPP). Promoveu, ainda, pesquisa institucional com a participação de 292 membros do MPF, destinada a diagnosticar a realidade prática dos acordos, os tipos penais mais recorrentes, as dificuldades estruturais enfrentadas e os critérios adotados para a fixação de condições, tais como prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.

Com base nos resultados obtidos, foi elaborada e submetida à aprovação da 2ª CCR a “Proposta de Implementação do Núcleo de Apoio aos Acordos de Não Persecução Penal”, voltada à integrar formalmente as centrais de apoio à estrutura do MPF. A iniciativa contempla a definição de organograma, análise orçamentária e padronização mínima de rotinas operacionais. Ademais, em parceria com os servidores vinculados às Centrais de Acordos de Não Persecução (CANPs), foi criado canal interativo na plataforma Zoom destinado à integração das unidades em âmbito nacional, favorecendo o compartilhamento de experiências, fluxos de trabalho e soluções para gargalos operacionais.

Os resultados da pesquisa nacional também foram compartilhados com a 4ª e a 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF. A partir das informações coletadas, foram iniciadas tratativas com a Secretaria Jurídica e de Documentação para o aprimoramento do sistema Único, incluindo propostas de criação de alertas automáticos para o monitoramento dos prazos de cumprimento dos acordos celebrados.

A Comissão também contribuiu ativamente para a revisão da Orientação Conjunta nº 03/2018, das 2ª, 4ª e 5ª CCRs, propondo, entre outras medidas, a adoção de linguagem simples e acessível nas notificações iniciais aos investigados, bem como a preferência pela padronização das reuniões (presenciais ou virtuais), com registro audiovisual obrigatório das tratativas e da respectiva confissão.

Atualmente, a Comissão envida esforços para a elaboração de versão atualizada do Manual de ANPP e para a redação de propostas de enunciados fundadas no material consolidado nas pesquisas realizadas.

[Veja mais aqui.](#)

Grupo Executivo sobre Criptoativos

O GE Cripto destacou a consolidação do órgão no enfrentamento a crimes envolvendo moedas digitais. As principais atividades do Grupo Executivo Criptoativos (GE-Cripto) envolvem a prestação de auxílio técnico especializado a membros do Ministério Público Federal (MPF) em investigações e processos que utilizam criptoativos. As frentes de atuação do grupo no último ano incluem:

Apoio Investigativo e Processual: Realização de investigações on-chain utilizando a ferramenta Reactor (solução comercial contratada pelo MPF), formulação de pedidos para buscas e apreensões e quebras de sigilo, além da análise de teses da defesa.

Gestão de Ativos: Apreciação de planos de liquidação de ativos apreendidos.

Produção de Conteúdo Técnico: Elaboração de minutas, realização de reuniões de orientação e confecção de notas técnicas (foram expedidas 24 nos últimos 12 meses).

Iniciativas Estruturantes: O grupo trabalha na atualização e aprimoramento do "**Roteiro de Atuação Criptoativos: Persecução Patrimonial**", um documento de referência nacional e internacional disponível em português, inglês e espanhol.

O grupo destaca manter **um índice de atendimento de 100% em todas as demandas recebidas**, que apresentam complexidade variada e crescimento contínuo.

[Veja mais aqui.](#)

Grupo Executivo de Combate à Escravidão Contemporânea e ao Tráfico de Pessoas - GECEC-TRAP

O GECEC-TRAP atua com o objetivo de apoiar a atuação do MPF, notadamente no assessoramento à 2ª CCR na formulação e no aprimoramento da política criminal de enfrentamento às formas contemporâneas de escravidão e ao tráfico de pessoas. Além disso, promove a articulação institucional, apoia as ações do Grupo Especial de Fiscalização Móvel e contribui para a integração e o fortalecimento das iniciativas de prevenção, repressão e responsabilização relacionadas a esses crimes. O grupo atua desde 2012 na 2ª CCR e no primeiro semestre de 2026 realizou as seguintes atividades:

Participação em reuniões da CONATRAE, inclusive com aprovação do III Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – PNETE no dia 28 de janeiro de 2026.

Participação em 7 operações de combate ao trabalho escravo coordenadas pelo MTE até meados do mês de junho/2026. Dentre elas, destaca-se a participação na [Operação Donos da Noite](#) que cumpriu nove mandados em três estados para identificar possíveis vítimas de exploração sexual e trabalho análogo ao de escravo. A ação ocorreu simultaneamente em municípios da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte e contou com a participação ativa do GECEC-TRAP, em auxílio à procuradora natural.

Realização do Webinário “Entre muros e silêncios: persecução penal do trabalho escravo contemporâneo no âmbito doméstico”, em parceria com a ESMPU, no dia 9 de abril de 2026.

Reunião presencial dos membros do GECEC-TRAP na 2ª CCR nos dias 12 e 13 de maio de 2026.

Participação dos coordenadores titular e adjunto na Capacitação “Aprimoramento da Coleta de provas nas Fiscalizações de Combate ao Trabalho Escravo e seus Reflexos na Persecução Penal”, promovida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso no dia 3 de junho de 2026.

Participação na Oficina de Trabalho sobre o Protocolo La Esperanza e a Construção de um Protocolo Nacional de Investigação de Crimes contra Pessoas Defensoras de Direitos Humanos, realizada nos dias 18 e 19 de março na ESMPU.

[Veja mais aqui.](#)

Comissão sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal

A Comissão sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal, originalmente criada como Grupo de Trabalho pela Portaria nº 137, de 27 de maio de 2014, completou recentemente 12 anos de atividade. Nos últimos anos, a Comissão sobre Utilidade, Eficiência e Efetividade da Persecução Penal promoveu importantes entregas no âmbito da modernização institucional e do uso de tecnologia para otimizar a atuação criminal.

As principais inovações destacadas nos documentos são:

Sistema Prometheus: A Comissão acompanhou e fomentou a expansão desta plataforma da Polícia Federal.

O sistema utiliza ferramentas de Business Intelligence (BI) para conferir maior eficiência na desarticulação de grupos criminosos e reduzir o volume de inquéritos sem solução.

Ferramenta de Pesquisa de Jurisprudência Integrada: Implementada no Sistema Único, essa ferramenta abrange as Câmaras de Coordenação e Revisão (CCRs), o Conselho Institucional do MPF (CIMPF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Degração e Transcrição Automatizada: Foi estabelecida uma ferramenta voltada à transcrição automática de audiências judiciais e extrajudiciais, agilizando o processamento de atos processuais.

Sistemas Eletrônicos para Acordos e Provas: Houve um esforço para alinhar a tramitação interna e a colheita de provas aos sistemas eletrônicos, garantindo que procedimentos como o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) possam, inclusive, ser realizados em formato virtual.

Essas iniciativas fazem parte de um modelo de trabalho orientado por dados que busca conferir racionalidade e integridade às investigações no país.

[Veja mais aqui.](#)

Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri - GATJ

No primeiro semestre de 2026 o Grupo de Apoio ao Tribunal do Júri - GATJ atuou para consolidar também uma atuação estratégica e humanitária em processos de competência do Tribunal do Júri, com foco em crimes de grande impacto social e ambiental.

As atividades institucionais priorizaram a fiscalização técnica e a preservação da memória das vítimas, especialmente no acompanhamento da [Ação Penal n. 1003479-21.2023.4.06.3800](#), que trata do rompimento das barragens em [Brumadinho](#). O esforço coordenado visa garantir que a instrução processual reflita a gravidade dos fatos para o futuro julgamento popular.

Além do aspecto técnico, a atuação de 2026 destacou-se pelo acolhimento a vítimas e familiares. Os membros do MPF participaram, no distrito de Córrego do Feijão, de atos organizados pela Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos (AVABRUM) em homenagem aos 272 mortos no desastre. A agenda incluiu visitas ao Memorial Brumadinho e à Igreja Nossa Senhora das Dores, local que serviu como posto de comando para as operações de busca e resgate em 2019, reforçando o compromisso institucional com o direito à memória e à justiça.

Paralelamente ao caso Brumadinho, o MPF obteve vitórias significativas em outras frentes do Tribunal do Júri. Entre os marcos de 2026, destacam-se a decisão da Justiça Federal de levar a júri popular o acusado de ser o mandante do duplo homicídio, conhecido como "Colômbia", no contexto do [caso Bruno e Dom](#), no Amazonas.

Também foram registradas a condenação de integrantes de organização criminosa por [atentados em Rondônia](#) e a [anulação de julgamentos](#) cujas absolvições foram consideradas contrárias às provas dos autos.

[Veja mais aqui.](#)

O Grupo de Trabalho sobre Desinformação na Internet, Interferência Cibernética na Democracia e Influência nas Eleições (GTDIE) - PGE e 2ª CCR

O Grupo de Trabalho sobre Desinformação na Internet, Interferência Cibernética na Democracia e Influência nas Eleições foi instituído pela Portaria PGE/2ªCCR nº 1 de 2025, opera sob a supervisão da Vice-Procuradoria-Geral Eleitoral e da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF. Sua missão primordial é coordenar as estratégias da Procuradoria-Geral Eleitoral para as Eleições de 2026, focando na defesa da integridade democrática contra ameaças cibernéticas e campanhas de desinformação.

Uma das atuações centrais do grupo é a implementação do [Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro \(ITS-Rio\)](#), formalizado em maio de 2026. Esta parceria foca em três eixos do Plano de Trabalho do grupo: a capacitação especializada de membros do Ministério Público Eleitoral (MPE) e jornalistas, o monitoramento sistemático dos impactos da inteligência artificial no cenário eleitoral e a análise da cobertura midiática sobre o uso dessas tecnologias.

No campo educacional, o grupo coordena o curso "[IA, Desinformação e Ataques Digitais: Impactos e Soluções em Contexto Eleitoral](#)", destinado a preparar agentes públicos e a imprensa para os desafios tecnológicos do pleito. Os membros do grupo atuam na aprovação de conteúdos programáticos e na interlocução institucional, garantindo que as diretrizes estejam alinhadas às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre o uso de ferramentas digitais.

Na frente de fiscalização, o grupo supervisiona o projeto "[Boca de IA](#)", que monitora como assistentes virtuais respondem a dúvidas dos eleitores; dados de maio de 2026 revelaram que o ranqueamento de candidatos por essas ferramentas subiu para 78%, apesar de vedações normativas. Diante de irregularidades, o GTDIE tem a atribuição de contar provedores de IA para correções ou encaminhar evidências de ilícitos às Procuradorias Regionais Eleitorais para a abertura de ações judiciais.